

**Título .....**: A INFLUÊNCIA DAS FRAUDES E ADULTERAÇÕES NA QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS NO BRASIL

**Autores .....**: K. O. Soares<sup>1</sup>, P. R. B. Guimarães<sup>2</sup>, L. A. M. Pontes<sup>2</sup>, L. S. G. Teixeira<sup>2</sup>, E. V. Sobrinho<sup>2</sup>, J. S. S. Correia<sup>2</sup>, R. F. Vianna<sup>3</sup>

**Instituições ..**: <sup>1</sup> Mestrado em Regulação da Indústria de Energia, Universidade Salvador – UNIFACS, [karineos@unifacs.br](mailto:karineos@unifacs.br)  
<sup>2</sup> Departamento de Engenharia e Arquitetura, Universidade Salvador – UNIFACS, [paulorbg@unifacs.br](mailto:paulorbg@unifacs.br)  
<sup>3</sup> Agência Nacional do Petróleo, Escritório Regional da Bahia, [rvianna@anp.gov.br](mailto:rvianna@anp.gov.br)

As práticas de adulterações e fraudes no setor de combustíveis no Brasil têm sido de intensa e ampla discussão. As preocupações do órgão regulador – a Agência Nacional do Petróleo (ANP) – não se restringem apenas às conseqüências danosas dessas distorções nos motores dos veículos, mas também aos aspectos ambientais e, principalmente, de evasão fiscal. Este trabalho de pesquisa pretende fazer uma avaliação da evolução das questões ligadas às fraudes e adulterações de combustíveis, em especial a gasolina, e às ações que vêm sendo tomadas no sentido de coibi-las.

A problemática da adulteração da gasolina no Brasil ganhou impulso a partir do governo Collor com a desregulamentação desordenada da distribuição e revenda de combustíveis, seguida, na segunda metade dos anos 90 pela quebra do monopólio da Petrobras e a abertura do setor. A entrada de novos participantes introduziu uma profunda mudança no perfil da distribuição de combustíveis, antes restrita às tradicionais multinacionais do setor e à Petrobras. Isto ensejou o surgimento de uma indústria de liminares, sob a justificativa de que havia uma concorrência desleal instalada entre “gigantes” e “anões”. Atualmente, as distribuidoras emergentes já detêm 25% do mercado da gasolina automotiva no país. Da gasolina por estas comercializada, 72% são vendidas a preços mais baixos por causa das liminares, já tendo levado o Brasil a perder até R\$ 130 milhões em um único mês. Vinte e cinco por cento da gasolina comercializada no Brasil não pagam impostos, levando o prejuízo anual com ICMS a atingir R\$ 1,5 bilhão. Uma gasolina comprada sem nota fiscal chega a ser 45% mais barata, levando a uma concorrência desleal e ao entrave do setor de combustíveis. Outro grave problema enfrentado neste setor é o da adição de solventes à gasolina. Em 1999, apenas 40% dos solventes produzidos pelas refinarias tiveram como destino as indústrias químicas de borracha, plásticos, tintas, etc. Há uma boa possibilidade do restante ter sido adicionado à gasolina. Tais adulterações são muito difíceis de serem detectadas, pois os solventes se misturam bem à gasolina em teores de até 25%. A adição excessiva de Álcool Etilico Anidro Combustível – AEAC é outra importante fonte de adulteração. Seu limite está, atualmente, regulado em 22% ± 1 %v/v, porém a maioria das amostras adulteradas, detectadas pelo órgão regulador, apresentam teores de AEAC fora desta faixa. Além dessas dificuldades, há também a venda ilegal de notas frias e o roubo de cargas de combustíveis, que chega a 80% do total de cargas roubadas no país. A ANP, na condição de órgão regulador, procura tomar ações voltadas ao controle da qualidade dos combustíveis, porém ainda com um número reduzido de fiscais frente às dimensões territoriais do Brasil e do número de postos de revenda de combustíveis. Todavia, diversas medidas vêm sendo adotadas visando minimizar todos esses condicionantes do setor de revenda e distribuição. A ANP estabeleceu convênios com várias universidades de todo o país para monitorar a qualidade dos combustíveis, estando assim apta a receber informações e agir de forma mais rápida. Em 1999 o órgão fechou 312 postos e aplicou 1300 multas, que totalizaram R\$ 4 milhões. Já em 2000, fechou 363 postos acusados de vender combustível adulterado, um aumento de 15,7% em relação a 1999. As vistorias em todo o país chegaram ao número de 14.794 em 2000, contra 10.022 em 1999. As autuações atingiram 594 postos contra 383 no ano anterior. Além disso, a ANP conduziu um recadastramento dos 28000 postos de todo o Brasil. No âmbito da legislação do setor de combustíveis a ANP baixou diversas Portarias, regulamentando as formas legais de utilização dos solventes na indústria química, estabelecendo teores máximos para compostos como olefinas, aromáticos, saturados, e principalmente benzeno, devido a suas características carcinogênicas, dentre outras. Apesar de todos esses esforços, a situação do setor de combustíveis ainda não está totalmente sob controle. Diversas novas táticas precisam ser adotadas visando coibir as distorções existentes, diante, inclusive, da perspectiva de liberação da importação de combustíveis em 2002. Dentre essas ações pode-se incluir: a) desenvolvimento de esforços conjuntos com a Polícia Federal e a Receita Federal; e b) utilização de marcadores em solventes visando evitar sua adição aos combustíveis, evitando assim as fraudes e protegendo a qualidade do produto e o meio ambiente, além de marcas e fornecedores.